Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

DOIS MOMENTOS NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR:
a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho

Maria Adailza Martins de Albuquerque[1]
dadamartins@ig.com.br

Resumo
A partir da perspectiva teórica da história das disciplinas escolares, buscamos compreender o percurso histórico da Geografia como disciplina escolar analisando a relação entre a escola e a academia, admitindo que a relação entre essas duas instituições se configura por trocas, e não somente por determinações da segunda à primeira, mas numa dinâmica de mão dupla, de câmbios. Neste texto, destacaremos dois momentos na história desta disciplina escolar no Brasil. O primeiro, correspondendo à constituição do saber escolar geográfico e institucionalização da disciplina e o segundo, aos impactos provocados pelas ideias de Geografia moderna ou científica atreladas às inovações pedagógicas propostas pela escola nova, especialmente trazidas pelo professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Palavras chave
Geografia escolar, Escola Nova.

TWO MOMENTS ON THE SCHOOL GEOGRAPHY HISTORY:
the classic geography and the contributions of Delgado de Carvalho.

Abstract
From the theoretical perspective of the school subjects history, we have been trying to understand the historical path of geography as school discipline analyzing the relation between the school and academy, admitting that the relation between these two institution is characterized by changes, not only by determinations from second to first but a dynamic two-way line, exchanges. In the first text we highlight two moments of this school subject history in Brazil. The first one related to constitution of school geography knowledge and institutionalization of the discipline, and the second one, the impacts caused by the modern or scientific geography ideas linked to innovations proposed by the new school specially brought by the professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Key words
Geography as school, New School.

[1] Professora Doutora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB. Cidade Universitária, Campus I, João Pessoa (PB); CEP 58051-900.

Introdução

Os estudos sobre a história das disciplinas escolares no Brasil ainda são muito recentes (MUNAKATA, 2003) e as pesquisas destinadas à história da Geografia escolar são em número pouco expressivo. Existe uma quantidade significativa de trabalhos sobre ensino e aprendizagem de Geografia, entretanto poucas pesquisas abordam especificamente a história dessa disciplina no país. Nesta perspectiva, destacam-se apenas os trabalhos de Santos (2005), Rocha (1996), Ferraz (1995), Pontuschka (1994), Vlach (1988), Pereira (1999), Vesentini (2004) e Issler (1973), realizados direta ou indiretamente com o intuito de delinear um percurso histórico dessa disciplina escolar.

Parte dos autores que analisam o ensino de Geografia compreende a disciplina escolar e a acadêmica, como tendo uma única dimensão, ou como se a primeira fosse uma expressão decorrente e simplificada da produção acadêmica. Assim, discorrem sobre o pensamento geográfico brasileiro e incluem a produção escolar, especialmente aquela publicada entre o século XIX e início do XX, como parte da produção geográfica, abordando-a como resultado dos desdobramentos que decorrem especificamente das produções acadêmicas ocorridas fora do Brasil. Em muitos casos a Geografia escolar é tida como um marco inicial no desenvolvimento do conhecimento geográfico e, posteriormente, como algo que se reproduz a partir do que se fazia/faz na academia.

A partir da perspectiva teórica da história das disciplinas escolares, buscamos compreender o percurso histórico dessa disciplina analisando a relação entre a escola e a academia, admitindo que a relação entre essas duas instituições se configura por trocas, e não somente por determinações da segunda à primeira, mas numa dinâmica de mão dupla, de câmbios. Neste texto, destacaremos dois momentos na história desta disciplina escolar no Brasil. O primeiro, correspondendo à constituição do saber escolar geográfico e institucionalização da disciplina e o segundo, aos impactos provocados pelas ideias de Geografia moderna ou científica atreladas às inovações pedagógicas propostas pela escola nova, especialmente trazidas pelo professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho.

Esses dois momentos são de grande significado para compreendermos as discussões acerca da Geografia escolar, visto que demarcam um recorte delimitado por fatos históricos que promovem rompimentos e que demarcam uma periodização. Além disso, esse recorte nos servirá de argumento para provocar debates acerca da periodização da história dessa disciplina, corriqueiramente utilizada na formação de professores.

Assim, o primeiro momento inicia-se na década de 1830 e vai até a década de 1910, se configura como o período em que o saber geográfico se constitui como tal e a disciplina Geografia se institui, com propósitos e finalidades específicas e de acordo com o papel da escola na época. Além disso, foram elaborados currículos ou legislações que direta ou indiretamente serviam de referenciais para as escolas do país. Com relação à escola secundária, efetivamente, isto passa a acontecer após a criação do Colégio Pedro II, em 1837, e a obrigatoriedade de que as escolas (privadas e públicas) seguissem este Colégio como padrão, constituindo o seu currículo como modelo nacional para todas as disciplinas.

O segundo momento abarca o período entre 1911 e a década de 1930. Neste período, assiste-se, pelo menos em parte da produção escolar, à incorporação de aportes teórico-metodológicos e de temas difundidos pela recém-criada Geografia moderna no Brasil e pela pedagogia científica, resultando, inclusive, na institucionalização de uma Geografia acadêmica no país, pois os cursos superiores são criados com a finalidade de formar professores para a escola básica.

Esses dois momentos compõem apenas um período da delimitação mais comumente utilizado para se referir à Geografia escolar brasileira, ou seja, a denominada corriqueiramente de Geografia tradicional. Assim, a partir de um debate sobre essa periodização enfocaremos a constituição do saber escolar e a institucionalização dessa disciplina no país. Temos o intuito de, com esse debate, trazer algumas considerações para ampliar e ressignificar os questionamentos acerca dessa disciplina escolar, especialmente as referências ao que se costuma denominar Geografia tradicional.

É comum encontrarmos nos trabalhos de Geografia, especialmente aqueles que tratam sobre a Geografia escolar, certa compreensão de que, grosso modo, ela estaria dividida em dois períodos distintos, denominados, respectivamente, de Geografia tradicional e Geografia crítica, visto que a Geografia quantitativa não teve grande repercussão e aplicação nas práticas escolares no Brasil[2]. Compreendemos que essa periodização e denominação dos períodos resultam de uma simplificação das proposições teóricas que sustentam a produção geográfica escolar. Essa simplificação aglutina abordagens muito distintas e compreende tanto a produção elaborada antes da introdução de uma Geografia científica no Brasil, quanto às produções modernas, como se fossem a mesma coisa, ou seja, Geografia tradicional.

Fazendo um paralelo com outro momento histórico marcante da Geografia escolar pode-se afirmar que a mesma proposição é feita sobre a Geografia crítica, de modo que não se considera as diferentes abordagens que fundam essas correntes de pensamentos, especialmente, quando se trata da produção voltada para a escola. Com isto se nega a possibilidade de compreensão da dinâmica de constituição das abordagens teóricas quando do trato sobre a Geografia escolar.

Compreendemos que tanto uma (Geografia tradicional) quanto a outra (Geografia crítica) não podem ser apresentadas como correntes teóricas fechadas em si, em uma única vertente de pensamento. E assim concordamos com Vlach (1991), Seabra (1993) e Carvalho (2004) quando se referem a essas Geografia(s) no plural, visto que é possível encontrar distintos aportes teóricos nos autores que constituíram essas abordagens. Para se fazer tal análise é preciso considerar efetivamente as produções escolares e fazer sua relação com as produções científicas.

Rocha (1996) apresenta outra periodização que aqui destacamos. Para esse autor o primeiro período da Geografia brasileira corresponderia aos primórdios da educação jesuítica no país indo até a introdução dos ideais de uma Geografia científica, portanto, do Período Colonial até o início do século XX. Esse período foi por ele denominado de *Geografia clássica* em virtude de difundir os conhecimentos elaborados a partir da Antiguidade Clássica ou aqueles elaborados antes da sistematização da Geografia como

[2] Sobre a relação entre a Geografia nova e a disciplina escolar na Inglaterra ler GOODSON (1990)

ciência. No Brasil, nos primórdios desse período, a Geografia não se constituía especificamente como uma disciplina (escolar ou acadêmica), pois não constava nos currículos da escola básica, como também não havia uma produção acadêmica sistematizada. Os conteúdos se caracterizavam por apresentar um apanhado de informações de ordem geral sobre a Terra. Para Rocha (1996) esse quadro muda a partir de 1837, quando a disciplina é então incluída no currículo do Colégio Imperial Pedro II. Para Vlach (2004) a disciplina escolar se constitui como resultado da pressão feita pela inclusão dos conteúdos de Geografia nos exames para ingressos nas Faculdades de Direito e Medicina do país.

O Segundo período, como aponta Rocha (1996), foi marcado pela introdução da Geografia moderna, trazida para a escola brasileira por Carlos Miguel Delgado de Carvalho, autor de livros didáticos, e um divulgador entusiasmado de propostas inovadoras para as práticas escolares. Porém, devemos ressaltar que outros autores e/ou professores também assumiram tal posição quando da elaboração de currículos, da formação de professores, da elaboração de propostas de práticas metodológicas ou de livros didáticos, entre eles destacaram-se Raja Gabaglia, Honório Silvestre e Everardo Backheuser (ROCHA, 2001; VLACH, 2004).

Além dessa vinculação à Geografia científica é importante ressaltar a aproximação de Delgado de Carvalho ao aporte teórico pedagógico escolanovista, perspectiva teórica já difundida em parte de livros didáticos na Europa e Estados Unidos (CARVALHO, 1925; LOURENÇO FILHO, 2002). Entretanto, outras abordagens foram introduzidas nas produções escolares desse período, como exemplo a adoção de uma Geografia lablacheana, por Aroldo de Azevedo nas suas publicações didáticas.

Nesse período encontramos grande diversidade de livros, compêndios e manuais escolares publicados no Brasil. Entre essas publicações se encontram tanto propostas de práticas didático-pedagógicas conservadoras, respaldadas pelas práticas mnemônicas e apoiadas nas proposições dos Institutos Históricos e Geográficos, como os livros em formato de catecismos, quanto outras, muito inovadoras para a época. Além disso, com a criação dos cursos superiores de História e Geografia, na década de 1930, os autores passaram a manter uma relação estreita com os debates que ocorreriam na academia,

assim como também alguns deles passaram a influenciar diretamente a elaboração de currículos e a trabalhar com a formação de professores, o que definia um novo olhar sobre o ensino de Geografia, mesmo que isto não tivesse grande difusão pelo país como um todo, circunscrevendo-se a algumas áreas que tinham passado por reformas educacionais mais significativas[3] nos estados onde estas haviam experiências pautadas nas proposições metodológicas implementadas pela escola nova.

Esta Geografia escolar moderna vai perdurar até os anos de 1970, quando se institui no país os estudos sociais e se verifica o surgimento de uma Geografia escolar muito conservadora, atrelada à perspectiva pedagógica tecnicista. É quando entra em declínio a circulação de livros mais conservadores como os de Aroldo de Azevedo, Mario da Veiga Cabral, e também outros que já traziam uma perspectiva mais crítica como os de Manuel Correia de Andrade e Ilton Sete. Neste período outros livros didáticos passam a ser elaborados, agora destinados, especificamente, à disciplina então instituída pelo Governo Militar.

Segundo Rocha (1996) um terceiro período corresponde aos resultados dos debates acerca das Geografias críticas e da relação dessas com as produções pedagógicas, especialmente aquelas fundadas na pedagogia dos conteúdos, em uma vertente apoiada em Dermeval Saviani ou na educação popular, defendida por Paulo Freire (ALBUQUERQUE, 2004) e nos dias atuais algumas propostas vinculadas ao construtivismo.

Podemos mesmo afirmar que na escola os debates acerca da introdução de uma perspectiva crítica tiveram como foco o enfrentamento e contraposição aos estudos sociais, disciplina criada durante a ditadura militar para substituir, no ensino básico, as disciplina de história e Geografia.

Nos anos de 1980, houve um aumento e diversificação considerável do número de publicação de títulos didáticos trazendo abordagens teóricas, seleção de conteúdos, materiais, iconografias e propostas pedagógicas diferenciadas das produções elaboradas entre o início do século e a década de 1980. Parte do material didático produzido estava

[3] Sobre as reformas curriculares nos diversos estados brasileiros na década de 1980 sugiro a leitura de BARRETTO (1998).

atrelada às propostas pedagógicas que foram elaboradas pelas Secretarias de Educação de estados e municípios.

Nos anos de 1990, outros debates passaram a compor a Geografia escolar, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, novos referenciais foram advogados influenciando a publicação de materiais didáticos e as práticas escolares. Assiste-se, dessa década até os dias atuais, a um aumento nunca visto do número de publicações e da diversidade de aportes teórico e metodológico nos livros didáticos de Geografia, assim como uma melhoria na qualidade desses livros, como decorrência das avaliações feitas pelo Ministério da Educação – MEC a partir do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

Essa periodização feita por Rocha (1996) nos orientará quanto à abordagem da história dessa disciplina escolar, visto que a compreendemos como resultados dos processos de transformações que ocorreram em virtude das práticas escolares, dos materiais didáticos, das relações entre as abordagens teóricas produzidas na academia e na escola, dos saberes dos sujeitos sociais que compõem a escola, das políticas públicas educacionais, dos grupos que estão no poder quando da escolha dos conteúdos e métodos a serem elencados para currículos e dos debates políticos que atingem direta ou indiretamente a escola, entre outros.

Ainda é preciso salientar outra questão. A Geografia escolar brasileira, como em grande parte dos países, é anterior à Geografia acadêmica, como nos assevera Goodson (1990) para a Inglaterra. Aqui a produção escolar era praticamente a única existente e, posteriormente, passou a andar paralela à acadêmica. Não estamos deixando de reconhecer com esta afirmação as publicações dos signatários dos Institutos Históricos e Geográficos e suas teses acerca do país, porém, essas não eram efetivamente publicações acadêmicas.

Seguiremos analisando as produções anteriores à Delgado de Carvalho e, em seguida, abordaremos a produção resultante das contribuições desse autor. Com isto pretendemos compreender a relação entre a disciplina escolar e sua ciência de referência, a partir do que nos assegura Chervel (1990).

Livros didáticos, conteúdo e práticas escolares da Geografia clássica

No que diz respeito aos métodos e conteúdos, os materiais didáticos publicados nesse período primavam por uma abordagem geográfica fundada em nomenclaturas e em práticas escolares então em voga no Brasil e em outros países, essas tinham a memória como centro do processo de ensino.

Durante todo o período colonial, quando existia um número pouco expressivo de escolas no país e elas não compunham um sistema educacional integrado, os conteúdos de cunho geográfico eram utilizados para ensinar a leitura, a escrita e "[...] para oferecer condições para melhor compreensão dos autores e obras analisadas nas aulas de gramática" (FRANÇA, *apud* ROCHA 1996, p.133), assim como também compunha os conteúdos da cadeira de retórica (PINHEIRO E CURY, 2004).

No primeiro currículo estabelecido para as escolas no Brasil, a *Ratio Studiorum*, a Geografia não compunha as disciplinas elencadas. Segundo Rocha (1996) é somente com a reforma desse currículo em 1832 que se vai reconhecer esse conhecimento. A Geografia difundida nesse período baseava-se na abordagem clássica, seja na tradição descritiva ou na matemática. Desse modo, é possível afirmar que a escola Jesuítica não tinha na Geografia um conhecimento específico que devesse ser difundido com essa nomenclatura, entretanto era um saber necessário à formação daquela sociedade, por isso compunha os textos destinados ao ensino da escrita e da leitura.

Com a reforma pombalina de 1759, as transformações na educação brasileira ocorreram de forma muito lenta, sendo mesmo vista como fracassada pelo próprio diretor-geral de estudos do Reino e Ultramar (SAVIANI, 2008), de modo que não podemos falar efetivamente de uma Geografia escolar produzida nesse período no Brasil. E, mesmo posteriormente, os poucos livros destinados às escolas que aqui chegavam eram edições portuguesas ou traduções das edições francesas e alemãs, essas últimas destinadas às escolas de Portugal (ALBUQUERQUE, 2010), que em geral eram utilizadas especificamente pelos professores, de modo que poucos livros chegavam a serem lidos efetivamente pelos alunos.

É somente no século XIX com as importantes transformações por que passou a educação brasileira, entre elas à criação do Colégio Pedro II, em 1837, que se fala da

institucionalização da disciplina Geografia (ROCHA, 1996; VLACH, 2004). Também é importante ressaltar que o currículo dessa escola torna-se normalizador das escolas secundárias de todo o país[4]. Porém, compreendemos ser necessário analisar o processo de constituição do saber geográfico escolar para, em seguida, discutir a institucionalização dessa disciplina a partir do marco histórico de fundação do Colégio Pedro II.

A constituição do saber geográfico escolar

O primeiro livro brasileiro de Geografia do Brasil, *Corographia Brasilica*, de Padre Manuel Aires de Casal, escrito em 1817, consiste em um levantamento de dados sobre as províncias, história, limites territoriais e nomenclatura de montanhas, hidrografias, portos, cabos e pontas, mineralogia, zoologia, fitologia e algumas características de cidades e vilas. Essa publicação não tinha especificamente finalidades educacionais, porém, segundo Vlach (2004), serviu de base para a elaboração de inúmeros livros didáticos e perdurou como referência bibliográfica até as primeiras décadas do século XX.

As publicações destinadas a analisar o ensino de Geografia no Brasil desse período enfocam alguns pontos sobre este livro (CARVALHO, 1925; PROENÇA, s/d; ISLLER, 1973; ROCHA, 1996; VLACH, 2004). O primeiro deles é o conservadorismo do autor, visto que na Europa as abordagens geográficas já apontavam perspectivas teóricas que a sua obra não trazia. Afirmam ainda que essa obra era uma das poucas fontes bibliográficas utilizadas pelos autores de livros didáticos. Parte desses autores conclui, assim, que os livros didáticos de Geografia eram, portanto, compilações do trabalho de Casal e, portanto, livros com enfoques distantes das correntes mais modernas que já se evidenciavam na Europa.

[4] É importante salientar que a obrigatoriedade da normatização para as escolas secundárias das províncias a partir do currículo do Colégio Pedro II era o que estava estabelecido, mas temos empreendido algumas pesquisas no sentido de descobrir se efetivamente essas normas curriculares eram cumpridas ou pelo menos os conteúdos e materiais didáticos eram difundidos nas escolas secundárias de todo o país. Entretanto, os registros que podem nos oferecer tais provas são escassos e muitos deles danificados pelo tempo.

Sousa Neto (2000) em artigo sobre *O Compêndio Elementar de Geographia Geral e do Brasil*, de Thomaz Pompeu, aponta para uma questão relevante nesse debate, e afirma que para se fazer essa crítica às obras publicadas na época é necessário compreender o contexto histórico em que elas foram elaboradas e mesmo discute a importância das compilações neste período.

Concordamos que se encontra nos livros didáticos desse período uma abordagem sistemática difundida a partir da obra de Aires de Casal, ou seja, a Geografia do Brasil resumia-se a um levantamento de dados estatísticos e de nomenclaturas elaborados por província. Esta é a marca maior da influência de Casal nos livros didáticos brasileiros do período. Entretanto, discordamos da ênfase dada por parte de pesquisadores, em especial Vlach (2004), quando faz essa afirmação, pois em seus trabalhos não fica evidente a busca de outras fontes bibliográficas por parte dos autores de livros didáticos da época, o que desqualifica suas publicações. A nossa discordância está baseada em pesquisa recente que temos desenvolvido sobre a história da disciplina escolar na Universidade Federal da Paraíba, no Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade, vinculado ao CNPq.

Para construir nossos argumentos, tomamos como referência o manual de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1859), na sua terceira edição, que aponta outras fontes bibliográficas e a necessidade de ele mesmo confirmar os dados existentes. Para a elaboração do seu compêndio, esse autor consultou "o Anuário de Garnier, Almanak de Gotha, Revista dos Dous Mundos, Jornaes Lietários e Scientificos [...] notas ilustrativas tiradas das obras magistrais de Humboldt, Ganot, Lecoq, Moureau de Jones, Malte Brun, Bovillet e outros" (BRASIL, 1859, p. 5). Sobre o Brasil (geologica, geographica e estatistica), recorreu às revistas do IHGB. Também fez um levantamento junto aos presidentes das províncias e pessoas importantes sobre os dados de cada uma.

Assim, não negamos a influência da obra de Casal quando da elaboração dos livros didáticos, mas ressaltamos que os autores desses livros não tinham, no período, somente essa fonte: eles vinham buscando alternativas àquela obra, mesmo que ela figurasse como um dado oficial.

Deve-se ressaltar que os livros didáticos em circulação no início do século XIX eram, em sua maioria, publicações estrangeiras que foram traduzidas para as escolas portuguesas e adaptadas às escolas do Brasil. Assim, os conteúdos abordados centravam-se na nomenclatura referente aos países e cidades daquele continente. Segundo Bittencourt (1993), foi a partir das décadas de 1870 e 1880 que se intensificaram as críticas às traduções de livros didáticos, desencadeando, assim, um processo de elaborações e publicações de livros nacionais com essa finalidade. Os debates acerca do nacionalismo tiveram grande peso nessa perspectiva.

As importações e usos de livros estrangeiros podem ser constatados a partir de uma série de livros traduzidos e destinados ao mercado brasileiro e nos carimbos de livrarias brasileiras onde eram comercializados, nas diferentes marcas de leitura: nomes de pessoas, escolas, cidades, datas e grifos com sinalizações de uso com fins educacionais.

Acreditamos que a ampliação do número de escolas primárias, a oficialização da disciplina Geografia pelo colégio Pedro II e a introdução do Brasil como conteúdo de estudo de Geografia obrigaram as editoras estrangeiras a reelaborarem os materiais que comercializavam, e, com isso, uma preocupação mais sistemática com os conteúdos referentes ao Brasil. Os livros destinados às primeiras letras também seguiram essa orientação. A edição parisiense de *Lições de Geographia,* do Abbade Gautier (1855), anuncia as modificações implementadas nesta quinta edição, em que os conteúdos sobre o Brasil que ocupavam 8 páginas, passam a compor 40 páginas, salientando especialmente os temas referentes ao curso dos rios (ALBUQUERQUE, 2010). Há também uma preocupação em afirmar suas fontes de coleta de dados, o *Diccionario Geographico, Hisitorico e Descritivo do Império do Brasil* de J. P. Aillaud e não, como era de supor, em Aires de Casal.

Após a implantação da Imprensa Régia no Brasil, os livros nacionais destinados ao ensino de Geografia também passaram a ser publicados em maior número frente às importações e isto se deu em um movimento crescente, visto que parte dos intelectuais brasileiros, ligados ao nacionalismo, apontava a necessidade de um corpo de conteúdos

sobre o país (VLACH, 1988; BITTENCOURT, 1993; ROCHA, 1996)[5]. Nesse período, encontramos publicações feitas tanto em editoras localizadas no Rio de Janeiro quanto em outras províncias[6].

É preciso reconhecer que os primeiros manuais do século XIX traziam poucos conteúdos sobre o Brasil. Eles centravam suas abordagens sobre a Geografia geral. Nesta perspectiva, tratavam de Geografia matemática, Geografia "antiga", cosmografia e corografia. Nesta última abordavam os continentes, dando ênfase à Europa, mas também trazendo um grande número de dados e nomenclaturas sobre a Ásia, África, América e Oceania. Alguns desses livros dedicavam-se especificamente ao estudo detalhado dos países europeus. Em linhas gerais, destacavam a nomenclatura de países e principais cidades, rios e montanhas, classificações de climas, além de dados quantitativos sobre a população.

A partir dos anos de 1870, o número de publicações didáticas brasileiras de Geografia foi ampliado e se caracterizava por uma estrutura diversa daquela encontrada nas obras importadas. Havia nesses livros um maior número de temas dedicados ao Brasil, fossem eles destinados ao ensino primário ou secundário.

No que diz respeito aos métodos de ensino e aprendizagem difundidos pelos livros didáticos, havia mesmo uma acentuada valorização da memória como recurso didático no processo de ensino e aprendizagem. Eram comuns os catecismos que se caracterizavam por apresentar a pergunta do mestre em negrito, seguida pela resposta pronta do discípulo. Isto indicava uma prática muito comum à escola da época e que, ainda hoje, tem seus discípulos. Em geral a pergunta do mestre era composta de uma

---

[5] Existem duas teses que se opõem no que diz respeito à difusão das ideias de uma unidade nacional no ensino de Geografia, Vlach (1988) afirma que essas ideias vinham sendo difundidas desde as primeiras escolas aqui instaladas; Rocha (1996) contrariando-a defende que o tema só se torna comum ao ensino de Geografia nas primeiras décadas do século XX. Souza Neto (2000) traz novas proposições e questiona o fato de que existem ainda outras contradições no que diz respeito a essa questão: com acesso restrito à escola para a maioria da população brasileira no período, como a escola se constituiria nesse espaço de difusão do patriotismo via ensino de Geografia. Assim, ele entende que a escola divulga essas ideias de maneira indireta, ou seja, forma a elite e esta, por meio de outras instituições passa a advogar tais ideais. Assim, concordamos com Vlach (1988) e com Souza Neto(2000) que afirmam que a escola se tornou o espaço de difusão dessas ideias, porém de forma insuficiente, tendo, portanto, que recorrer a outras instituições e práticas para difundir tais ideias.

[6] Encontramos um número significativo de livros publicados em Pernambuco, mas também tivemos acesso a edições feitas em Minas Gerais e no Ceará, na década de 1860. Esse número maior de publicações feitas em Pernambuco aparece em decorrência da pesquisa que ora empreendemos, visto que não catalogamos ainda publicações de outros Estados do Nordeste.

interrogação sobre a definição de um conceito relativo aos aspectos físicos ou naturais e/ou uma interrogação sobre nomes de estados, capitais, países, cidades, rios, serras, montanhas, etc. ou ainda sobre a localização, os dados numéricos e a elaboração de mapas. No livro *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e Especial de Pernambuco para a Infancia Escolar da Provincia de Pernambuco*, Manoel Pereira de Moraes Pinheiros define seu método como:

> [...] methodo theorico, decorando os alunos as lições; e um methodo pratico, fazendo-os reproduzir na pedra ou no papel as cartas geographicas geraes ou particulares relativas as lições; consegui dous fins utilitários: 1º gravar-lhes na memória – devisu – aquillo que haviam aprendido em theoria; 2º aprenderem alguns rudimentos de desenho linear (1875, p.5).

Essa memorização tão enfocada nos livros didáticos tinha respaldo nas práticas escolares, assim como também na sociedade da época, que via como um bom professor e bom aluno de Geografia aquele que memorizava uma nomenclatura infindável, especialmente referente aos países da Europa (VERISSIMO, 1985; CARVALHO, 1925).

Entretanto, encontramos no discurso da época críticas sistemáticas aos catecismos ou como alguns autores denominavam na época, método *dialogístico*. O próprio Thomaz Pompeu de Souza Brasil chega a avisar sobre o abandono desse método na terceira edição do seu livro em virtude de críticas: "[...] mesmo se prestando à didática, é pouco elegante e não dá lugar ao desenvolvimento de outros assuntos" (1859, p.5). Mas pudemos perceber que esse método perdurou como referencial por muito tempo, de modo que somente foi efetivamente abandonado nos livros – mas não nas práticas de sala de aula de Geografia mesmo no século XXI.

Esse tipo de crítica parece ter se difundido entre os autores de livros didáticos, no período correspondente ao final do século XIX e início do século XX. Encontramos nessas publicações algumas mudanças nas proposições metodológicas ou, como nos diz Brasil (1859), a busca de "maior elegância" para o texto. A maior parte das publicações já não mais foi organizada seguindo o roteiro de catecismo. Agora eles trazem os conceitos em negrito ou em itálico no meio do texto, introduzindo um modelo

descritivo. Essa nova maneira de organizar os conteúdos, pois em essência o método continua o mesmo, não mais indica qual é a parte do texto que corresponde ao professor e aquela que corresponde ao aluno. Isto aparentemente pode não trazer em si uma mudança muito significativa, entretanto ela pode ser considerada uma inovação para época, visto que a estrutura do texto toma agora nova configuração e a descrição, que é uma característica das produções científicas da época, passa a compor os livros didáticos.

Quanto às ilustrações, os livros didáticos do início do século XIX trazem poucos desenhos e mapas, alguns não apresentam sequer um mapa. A justificativa dos autores é de que os mapas apresentam muitos problemas e imprecisões. Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1859), na introdução do seu livro, então adotado pelo Colégio Pedro II, reclama a falta e a imprecisão de mapas do Brasil. À medida que há uma melhoria desses e difusão de publicações com fim de difundir mapas do Brasil e suas províncias, como o Atlas do Império do Brasil, de Candido Mendes (1868) (Figura 1), vê-se a ampliação do uso desse recurso didático. Os livros publicados mais no final do XIX e início do século XX encontram maior diversidade de mapas e de ilustrações. Alguns chegam mesmo a trazer uma espécie de Atlas com mapas e gravuras no final do livro.

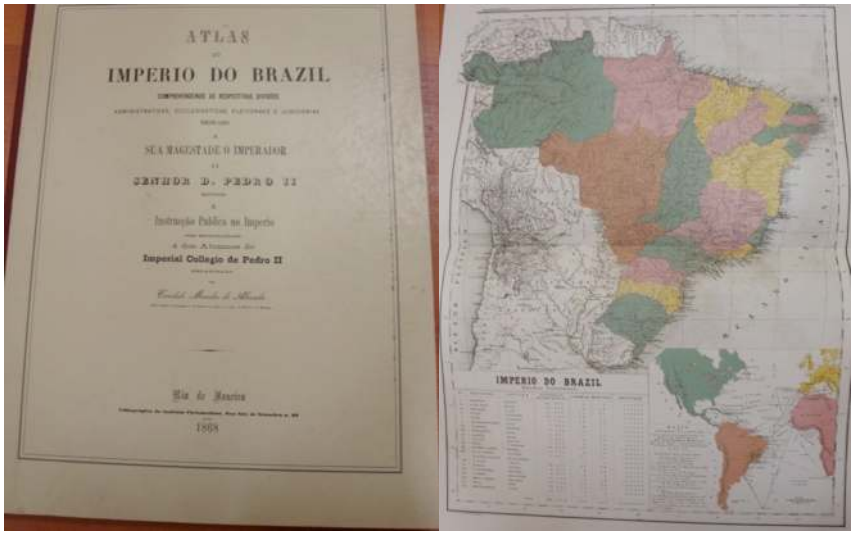

Figura 1: Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes, de 1868, é uma publicação colorida, composta de 22 mapas e descrições detalhadas de todas as províncias do Brasil. Esse Atlas foi reeditado pela Universidade Cândido Mendes no ano 2000, como parte das comemorações do centenário daquela instituição. Fonte: Biblioteca do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro. Foto da autora.

Gravuras, desenhos, esquemas representativos da natureza, da esfera terrestre, da rosa dos ventos e de equipamentos, mapas etc. passam a rechear os materiais didáticos destinados ao ensino de Geografia no início do século XX. Mesmo os livros destinados ao ensino primário, que costumavam ter poucas páginas e quase nenhuma iconografia, trazem agora pelo menos um mapa de cada província brasileira. No livro *Geographia Primaria*, de Dr. Carlos Novaes (1905), são apresentadas gravuras em preto e branco muito bem elaboradas para auxiliar na definição da nomenclatura apresentada. As imagens passam a ser um recurso didático auxiliar ao método mnemônico. Todos os continentes e países estudados são então representados em mapas.

Alguns autores passam a destacar em suas introduções a iconografia ou a presença de uma pequena coleção de mapas. No livro *Geografia Elementar adaptadas às Escolas Publicas Primarias*, Tancredo do Amaral (1904) chama atenção para a ampliação do número de mapas que passa de 12 para 28 na comparação entre as edições de 1895 e a de 1904. Esse livro traz, em especial, gravuras muito bonitas e de grande qualidade artística, entretanto, o nome do gravurista/ilustrador não aparece, assim como também, não se informa a fonte dos mapas. É somente nos livros didáticos de Geografia

publicados na segunda década do século XX que começam a serem utilizadas fotografias para compor a iconografia.

Os atlas que também compõem os materiais didáticos destinados ao ensino de Geografia aparecerão mais especificamente no currículo do Colégio Pedro II. Entre 1850 e 1898, destacam-se o *Atlas* de Delamarche; o *Pequeno Atlas Geral* de Alillaud; o *Atlas do Império do Brazil* de Candido Mendes de Almeida; o *Atlas de Shader & Anthoine* da editora Hochette, o *Atlas do Brazil* de Lomelino de Carvalho e o *Atlas do Brazil* de Homem de Mello (VECHIA E LORENZ, 1998). Em publicações do início do século XX, encontramos alguns Atlas que trazem mapas, geralmente em uma escala muito pequena, ocupando toda a página, seguido de texto informativo sobre a área representada, seja ele um estado/província, país ou continente.

Outra questão nos chamou atenção nos manuais de Geografia de meados do século XIX: os livros publicados com objetivos de estudar especificamente uma província, ou seja, os livros regionais/locais (ALBUQUERQUE, 2008). Após a institucionalização dessa disciplina e a introdução de conteúdos específicos sobre o país, houve, por parte de algumas províncias, a exigência da escola primária de trabalhar a Geografia local ou corografia. Desse modo, encontramos em Pernambuco a lei de número 1.143, art. 33, inciso 7º, de junho de 1874, que se refere à instrução da província sobre o ensino primário, que diz: "[...] Determinou: o ensino dos elementos da Historia e Geographia Universal, Historia e Geographia do Brazil, especialmente desta província" (PINHEIRO, 1875, p.4).

Em outro livro que tem a mesma intencionalidade para a Província de Minas Gerais, *Geographia do Estado de Minas Geraes*, de Francisco Lentz de Araujo (1895), não há referências a leis obrigando o estudo de uma Geografia local, entretanto há um parecer do Conselho Superior de Instrução Pública aprovando o livro e a iniciativa do autor. Geralmente esses livros destinados ao curso primário tinham como objetivo introduzir conteúdos específicos sobre a província: localização, clima, nomenclatura relativa ao relevo, hidrografia, cidades, dados relativos à produção e transportes, população, instrução e poderes políticos constituídos.

Com base no levantamento das obras, podemos afirmar que a produção geográfica escolar brasileira desse período pouco se aproximou da produção da sua ciência de referência, visto que essa estava ainda em processo de construção - no final do século XIX toma maior impulso. Porém, havia uma relação explícita com aquilo que era visto como saber geográfico, produzido fora da sala de aula.

Entretanto, alguns autores que liam as proposições da ciência de referência sugeriam inovações para o material didático. Foi assim que Thomaz Pompeu de Souza Brasil, por exemplo, mesmo de forma pouco sistematizada, recorreu, quando da elaboração de sua obra a Humboldt, porém, devemos saber que isto era uma exceção. É possível perceber ainda que há alguma mudança na estrutura dos textos a partir da década de 1870, especialmente no que se refere ao abandono do modelo de catecismo, passando a serem adotadas as longas descrições dos aspectos geográficos de continentes, países e províncias brasileiras, especialmente nos livros destinados ao ensino secundário. Alguns livros didáticos traziam também em seus títulos enfoques sobre a Geografia moderna, entretanto no corpo do trabalho o conservadorismo predominava. É o exemplo de *Elementos de Geografia Moderna e Cosmographia*, de P. D'Abreu (1882). Assim, a seleção de conteúdos e metodologia adotados se perpetuava de um livro a outro e de uma escola a outra.

É preciso ressaltar que, apesar de todo esse conservadorismo na seleção e abordagens dos conteúdos nos livros didáticos de Geografia no século XIX, alguns intelectuais ligados aos ideais nacionalistas, tais como José Veríssimo em seu livro *A educação Nacional* (1985), publicado pela primeira vez em 1890, faziam críticas sistemáticas a esse modelo predominante.

Veríssimo não era uma voz solitária na sua crítica. Rui Barbosa também apontou essas mesmas questões e trazia propostas de ensino para a disciplina escolar Geografia (ROCHA, 1996; CARVALHO, 2004). Podemos juntar a essas as críticas e proposituras feitas por Manuel Said Ali Ida em sua obra *Compêndio de Geografia Elementar* de 1905. É preciso ressaltar que as críticas de Veríssimo estavam fundadas no seu conhecimento acerca da Geografia científica, dos materiais didáticos publicados fora do Brasil, especialmente ingleses, franceses e norte-americanos apoiado em um debate

sistemático sobre educação e também fundamentado nos ideais nacionalistas. Para este autor:

> Os poucos compêndios que temos, mal pensados e mal escritos, carecem inteiramente de valor pedagógico [...] Quão longe estamos nós dos excelentes trabalhos alemães, ingleses, americanos ou franceses. [...] Por que não havemos desde já embora com sacrifícios – fecundo sacrifício -, procurar imitar esses países e suscitar a adaptação ao nosso País dos mais recentes e melhores trabalhos para o ensino escolar da Geografia, da Geografia pátria sobretudo? Não seria um excelente meio indireto de provocar o aparecimento de melhores compêndios e manuais, negar, sistematicamente, a aprovação e proteção oficial a esses compêndios, e não dá-la senão àqueles concebidos e executados segundo as atuais exigências do ensino geográfico e os melhores modelos estrangeiros? (VERÍSSIMO, 1985, p. 94).

Essas críticas foram publicadas e debatidas como inovações de propostas curriculares. Entretanto, era nas práticas escolares fundamentadas em uma série de livros didáticos que traziam um enfoque conservador que se encontravam as continuidades, ou seja, valorização da nomenclatura, abordagem clássica dos conteúdos e a relação de ensino e aprendizagem fundada na memorização.

Nessa perspectiva, esse conservadorismo passa a se configurar a partir de dois polos que se inter-relacionam, a prática didático-pedagógica e os livros didáticos. Os autores de livros não inovavam porque não seriam aceitos pelos professores que desconheciam as fundamentações da Geografia científica, assim como não participavam dos debates acerca da educação; já os professores não mudavam suas práticas porque desconheciam uma literatura que pudesse apoiar a sua prática, tanto no âmbito da Geografia quanto da pedagogia.

Para além dessa questão, compreendemos que não se desconstrói práticas pedagógicas de um dia para outro, são muitos os sujeitos sociais envolvidos nesse processo: professores, alunos, familiares, diretores e supervisores de ensino, além da pressão de toda sociedade que entendia (será que ainda não entende?) a escola como espaço de memorização. Desse modo, as proposições de mudanças nem sempre eram bem recebidas.

O que queremos ressaltar neste momento é que as práticas tradicionais e a nomenclatura como conteúdo sustentavam o ensino de Geografia apoiado por uma sociedade que assim o entendia, quando da chegada de Delgado de Carvalho ao Brasil.

Portanto, a constituição do saber geográfico escolar vai se dando a partir das proposições postas pela escola (alunos e professores), pelos autores de livros didáticos e pela sociedade em geral que a influenciam direta ou indiretamente. É nesta perspectiva que se constitui um saber que é difundido nas escolas brasileiras até os dias atuais e que passa constantemente por transformações decorrentes do contexto de cada época.

A institucionalização da Geografia: um debate em construção

Diante das transformações por que passou a Geografia escolar no século XIX e do que se difunde atualmente sobre a institucionalização da disciplina escolar Geografia, estabelecida a partir da fundação do Colégio Pedro II, pretendemos introduzir alguns resultados de pesquisas que evidenciam algumas discussões sobre a origem da Geografia escolar no ensino secundário.

Reconhecemos o papel dessa instituição como modelo e a sua função primordial na organização do ensino secundário, entretanto, é preciso reconhecer que "A partir do ato adicional 1834, a organização, a administração e o custeio do ensino secundário público passaram à responsabilidade das províncias [...]. A partir do século XIX não apenas se multiplicaram os colégios particulares, mas quase todas as províncias passaram a contar com um estabelecimento público de ensino secundário" (VEIGA, 2007, p.186).

Tal fato pode indicar que outras escolas secundárias foram fundadas anteriormente ao Pedro II. Haidar (2008) informa que, a partir desta mesma data, tanto o ensino primário quanto o secundário ficaram a cargo das províncias e que houve aí a criação dos primeiros liceus provinciais: "O Ateneu do Rio Grande do Norte em 1835, os Liceus da Bahia e Paraíba em 1836" (p.21). Porém uma interrogação se faz necessária: a Geografia era uma disciplina que compunha o currículo dessas escolas?

Nesse sentido, observemos alguns achados encontrados em pesquisas recentes: segundo Pinheiro e Cury (2004) e Ferronato (2008), no Lyceu Provincial da Parahyba,

criado em 1836, a disciplina Geografia era parte da cadeira de retórica e somente foi instituída como disciplina a partir de 1839, portanto posteriormente ao Colégio Pedro II. Entretanto, José Baptista de Melo (1986) afirma que, no ano de 1831, foi criado um curso superior pelo então governador da província da Parayba, Dr. José Tomaz Nabuco de Araújo. Esse curso, que posteriormente constituiu o Liceu Paraibano, teve como disciplinas elencadas no currículo: filosofia racional e moral, retórica, Geografia e elementos de história. O mesmo autor afirma ainda que no ano seguinte, as vagas para essas disciplinas foram preenchidas.

Outro fato relevante deve ser ressaltado, segundo Veiga (2007): a disciplina Geografia consta da organização das classes de leitura de ensino mútuo de 1833. Assim, podemos defender que essa disciplina constitui o currículo da escola primária.

Levantamos ainda outro dado que compõe parte dos nossos argumentos. Para tanto, levamos em consideração os manuais, compêndios e livros didáticos. Em pesquisa recente na Biblioteca do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, encontramos o *Compêndio de Geographia Elementar*, de 1836, de José Saturnino, destinado às escolas brasileiras, o que indica que ele tinha como destino este tipo de instituição. Acreditamos que, dificilmente, um autor escreveria um livro didático em que afirma o seu destino para as escolas, sendo que tais escolas não existiam. Este livro destinava-se ao ensino secundário e apresentava conteúdos organizados de forma descritiva, voltados especialmente para a Geografia matemática, ou seja, as medidas da Terra, as esferas celestes, os cálculos de coordenadas geográficas etc.

E, por fim, com base nesse pequeno apanhado de informações, é que começamos a discutir a adequação de demarcar a institucionalização da disciplina Geografia a partir da fundação do Colégio Pedro II, pois existiam escolas e livros didáticos anteriores a essa data e a disciplina compunha o currículo de escolas primárias.

Assim, contrariando a tese de Rocha (1996), compreendemos que é possível que a Geografia enquanto disciplina escolar tenha sido institucionalizada antes mesmo da criação do referido Colégio. Sabemos da importância daquela instituição para o Império, entretanto, é necessário começarmos a dar voz a outras instituições que existiram de forma concomitante ou mesmo anteriormente a essa. Daí defendermos a

necessidade de se buscar comprovar efetivamente essa datação, para termos delimitados os marcos de constituição dessa disciplina.

Porém, em período posterior, e após esses marcos iniciais, a disciplina passa por transformações tanto do ponto de vista institucional quanto também na sua feição mais teórica e metodológica. Esta nova configuração será dada por Delgado de Carvalho e parte dos seus companheiros de trabalho.

Delgado de Carvalho e a introdução da Geografia moderna na escola brasileira

Pretendemos aqui enfatizar, mais especificamente, o papel de Delgado de Carvalho na renovação da disciplina escolar a partir da sua produção de livros didáticos e de metodologia de ensino de Geografia, do seu posicionamento frente à produção científica e sua ligação com a Geografia Escolar. Seria impossível abordar tais temáticas sem recorrer a uma análise do seu papel como intelectual em uma sociedade que discutia a construção de um estado-nacional.

Vida e obra

Carlos Miguel Delgado de Carvalho era filho de uma família abastarda, nasceu na França em 1884, em virtude de seu pai se encontrar em atividade diplomática naquele país. Filho de um Secretário da Legação brasileira, ele só veio a conhecer o Brasil aos 23 anos de idade, em 1907, tendo de se naturalizar brasileiro por ter prestado serviço militar no Exército francês pouco tempo antes.

Seus estudos seguiram o que era adotado para os filhos da classe dominante da época, para isto viveu na França, Inglaterra e Suíça. Essa atividade foi iniciada com preceptores estrangeiros, depois em colégios internos e também com a família. Teve uma formação multilinguística: aprendeu inglês com sua avó materna, em Londres, francês e vários outros idiomas em colégios da França e da Suíça.

Bacharelou-se em Letras pela Universidade de Lion, na França, em 1905. Cursou direito em Lausanne e, em 1907, ingressou na Escola Diplomática de Paris. Posteriormente, cursou a Escola de Economia e Política em Londres.

Em 1913 publicou uma de suas mais importantes obras para a Geografia Escolar. Um compêndio intitulado *Geographia do Brasil - Tomo I*. Entretanto, esse livro não foi de imediato difundido pelas escolas brasileiras, ele não consta, por exemplo, no currículo das escolas secundárias, estabelecido pelo Colégio Pedro II, no Plano de Curso de 1915. É somente no Plano de Curso de 1926 (VECHIA e LORENZ, 1998), depois de ingressar nessa instituição, que o seu livro passou a ser adotado, assim como o currículo passou a seguir suas propostas para a Geografia do Brasil e Geografia Geral. Catorze anos após a publicação do Tomo I, ele publicou o *Geographia do Brasil II*, em que apresenta pela primeira vez em um livro didático de Geografia do Brasil capítulos referentes às regiões brasileiras.

Após a publicação do Tomo I, Delgado de Carvalho voltou à Europa, onde permaneceu por seis anos. Neste intervalo, entrou em contato com professores de diferentes instituições e nacionalidades, inclusive norte-americanos, o que não era comum ao universo dos intelectuais brasileiros que estavam direta ou indiretamente ligados à Geografia, pois estes estavam de certo modo atrelados as correntes francesa ou alemã.

Nos anos 1920 retornou ao Brasil, quando ingressou no Colégio D. Pedro II como lente[7] de Inglês. Posteriormente assumiu a cadeira de Geografia e, com a criação da disciplina sociologia, assumiu mais uma atividade nesta instituição.

No âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no ano de 1926, foi mentor e organizador do Curso Livre Superior em Geografia, que se destinava a atualização de professores do ensino primário, e tinha como meta trazer inovações para a abordagem dos conteúdos e da metodologia para esse nível de ensino. Nesta perspectiva, buscava uma orientação científica tanto da Geografia quanto da pedagogia. O professor que concluía esse curso recebia o título de Laureado em Geografia e Ciências Correlatas (ZUSMAN E PEREIRA, 2000).

Segundo Ferraz (1995. p.68), Delgado de Carvalho "foi incumbido, em 1922, pela "Liga Pedagógica do Ensino Secundário", de elaborar um trabalho que analisasse criticamente o ensino de Geografia no Brasil, estabelecendo propostas e caminhos

[7] Lente era a denominação dada aos professores de liceus, de escolas secundária ou superior.

futuros". Esse material foi apresentado no Congresso de Ensino em 1925, e, posteriormente, aproveitado como material básico da sua importante obra *Methodologia do Ensino Geographico - Introdução aos estudos da Geografia Moderna*. No ano anterior, Delgado de Carvalho e mais um grupo de intelectuais, entre eles Heitor Lira, Sussekind de Mendonça, Everardo Backehauser e Venâncio Filho, fundaram a Associação Brasileira de Educação, da qual ele foi seu primeiro presidente.

No ano de 1930, Delgado de Carvalho assumiu a direção do Colégio Pedro II. Entretanto, sua empreitada nesta instituição durou pouco mais de um ano, visto que suas propostas de trabalho passaram a enfrentar a oposição de parte do corpo docente, assim como também de funcionários.

Em virtude da sua aproximação com os postulados e com os educadores da Escola Nova, esse autor assumiu o cargo de membro do Conselho Nacional de Educação. Ainda na década de 1930 tornou-se o primeiro diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, permanecendo no cargo até 1935. Compondo esse mesmo grupo de intelectuais e defendendo piamente a sua postura nacionalista – ele entendia a escola como espaço da reprodução desse ideário – foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932.

Passou a representar o Ministério da Educação no Diretório Central do Conselho Brasileiro de Geografia, a partir de 1937. A partir de 1939, fez parte da Comissão do Livro Didático, quando teve oportunidade de implementar uma série de propostas no que se relacionava a uma política mais eficiente e nacional do livro didático no Brasil (FERRAZ, 1995).

Em geral, as abordagens biográficas sobre Delgado de Carvalho apresentam dados sobre a sua vida até o final da década de 1930 e início de 1940, quando se configura o auge da sua produção intelectual. Entretanto, esse autor continuou publicando até os anos de 1960 uma série de livros dedicados à Geografia acadêmica e também às relações internacionais. Desse modo, a sua contribuição para a Geografia escolar pode ser datada até os anos 1950, quando participava das publicações do INEP, especialmente aquelas destinadas ao ensino de estudos sociais. Ele foi um dos mentores desse instituto, juntamente com Anísio Teixeira; também participou da elaboração do

currículo e implantação dessa disciplina na escola primária desde os anos de 1930. (ISLLER, 1973).

Proposições e críticas de Delgado de Carvalho à Geografia Escolar

Para iniciarmos um texto acerca da introdução de um enfoque moderno na Geografia escolar brasileira é necessário compreender algumas questões que atualmente vêm sendo discutidas por aqueles que estudam a história das disciplinas escolares. A primeira delas diz respeito à relação entre a disciplina escolar e sua ciência de referência (GOODSON, 1990; CHERVEL, 1990). Já apontamos na introdução desse texto que compreendemos as disciplinas escolares e acadêmicas como distintas e que a relação entre elas se efetiva a partir de trocas, em que não há a superioridade de saberes entre as duas instâncias.

Defender tal propositura atualmente no contexto brasileiro ainda é bastante complicado, visto que esse tema denota grande debate em virtude das proposições sobre as funções da escola na nossa sociedade. Entretanto, essa não era a situação posta para o início do século XX, pois que não existia a produção acadêmica no País, o que tornava essa relação ainda mais tênue.

A introdução da Geografia moderna no Brasil, diferentemente de outros países, tem início nas proposições para a escola, portanto é na Geografia escolar que se evidencia a introdução desse fazer científico. Assim, é praticamente impossível discutir sobre este tema sem se referir às contribuições de Delgado de Carvalho. Segundo Vlach,

> Pelo fato de a prática pedagógica em sala de aula poder ainda ser caracterizada pela profunda distância entre método e conteúdo, entendemos pertinente uma análise preliminar daquilo que esse autor compreendia como uma necessidade urgente e imperiosa: tornar a Geografia uma ciência, o que a seu ver não seria obtido fora do âmbito da instituição escola; assinalando, assim, relações inextricáveis entre ensino e ciência Geografia [...] (1989, p. 149).

Quando da chegada desse autor ao Brasil não existiam cursos destinados à formação de professores de Geografia. Diante desse quadro, tanto os professores quanto os autores de livros didáticos não tinham formação específica: lecionava essa disciplina

qualquer pessoa que tivesse afeição para com o temário e uma boa memória para armazenar a ordem de respostas dos seus alunos.

> Quanto ao professor, coitado, é apenas o agente transmissor desta "Geografia". Autorizado a guardar o livro aberto deante de si, só lhe compete saber se a memoria do alumno foi fiel, e, para poder seguir – exigirá apenas que a recitação seja feita de preferência na ordem em que Foi commettida a materia no "completo" compendio (CARVALHO, 1925).

Outra questão estava posta para a Geografia no Brasil, ou seja, essa disciplina tinha seus programas, muitas vezes, elencados a partir dos exames para os cursos de ingresso ao ensino superior:

> [...] Qualquer que seja a competência do autor e sua opinião individual, elle sabe que não há tempo para estudar, mesmo de modo elementar, formação de relevo, typos de montanhas, classificação de rios e lagos. Elle sabe que, se dedicar 100 ou 200 páginas a isso, será julgado demasiado, porque o professor que o vae interpretar, ou não conhecerá o asumpto, ou julgará que os seus alumnos disso não precisam, porque não é "o que se pede no exame". (CARVALHO, 1925).

Essa questão tem duas perspectivas que podem ser exploradas: se por um lado Vlach (2004) afirma que se deve atentar para o fato de que a disciplina escolar Geografia se constitui como tal, em virtude de seus conteúdos comporem os exames a que se refere Carvalho na citação anterior, por outro lado esse mesmo exame, segundo Delgado de Carvalho (1925), impedia inovações decorrentes da implementação de novas propostas metodológicas voltadas para o ensino secundário.

Desse modo, mesmo as reformas mais contundentes não teriam o poder de transformar as metodologias e a abordagem dos conteúdos dessa disciplina se não atingissem também os programas estabelecidos para esses exames.

Outra crítica contundente desse autor ao ensino de Geografia era o reduzido número de aulas ao longo do ensino secundário, de modo que ele chega mesmo a responsabilizar a baixa qualidade dos livros didáticos pelo fato de terem um número de aulas insignificante para as necessidades da disciplina. Ele entendia ser necessário que a

Geografia fosse melhor distribuída ao longo do curso secundário, e não concentrada em dois anos.

Mas a sua crítica mais incisiva era mesmo ao elenco de conteúdos que compunham os manuais escolares e as metodologias adotadas em sala de aula, que sobrevalorizavam a memória como requisito único da aprendizagem.

E, por fim, Carvalho acusava a própria sociedade e a condição dos professores da época de compactuar com as práticas mnemônicas tão comuns e adaptadas a um elenco de conteúdos pautados em nomenclaturas de cunho geográfico:

> O professor foi tratado a injecções de nomenclatura e acha que o que foi bem para elle, no seu tempo, é sufficiente para o seu alumno de hoje. O resultado é o atrazo, perpetuado legado, systematizado. As gerações se vingam umas nas outras. Abrem-se livros estrangeiros bem feitos, lêem-se paginas intelligentes, mas quando chega o momento de applicar o progresso verificado, fecham-se os livros e concluem-se: "tudo isto está muito bem, mas aqui é diferente" "por que?" E diante deste raciocínio não há nada a fazer, porque a propria modificação dos programas desperta a indignação dos "Paes de alumnos" que procuram debicar, nos corredores das salas de exames, a suppreessão das listas mnemotechnicas que elles não sabem porque não lhes foram ensinadas. São pois, os mais fortes sustentaculos da rotina. **(**CARVALHO, 1925, p.21).

O material didático que apresentamos na primeira parte deste texto era conhecido de Delgado de Carvalho, que assim se referia à Geografia brasileira da época e aos livros didáticos então em voga:

> A Geographia tem por objeto o estudo da terra como "habitat" do homem. Infelizmente não é sob este ponto de vista que é estudado entre nós este ramo scientifico. Nas escolas do Brasil e de outros paizes de nosso continente, a geographia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de attribuir nomes, de chismar áreas geographicas. As montanhas, os rios, as regioes naturais não são estudados em si, mas apenas como merecedores de um esforço de nossa fantasia. Aqui, quem não sabe nomenclatura não sabe geographia, e deste modo a poesia e a geographia são produtos directos da imaginação, apesar de fazerem parte de cadeiras differentes. Uma geographia é tida por mais ou menos completa, segundo o numero de paginas que conta e a extensão das listas que a imaginação confia a memoria das victimas, o ideal seria provavelmente um tratado volumoso, incluindo a lista telephonica. Entraríamos assim no domínio pratico. (1925. p. 3 e 4).

É possível verificar nesta citação algumas preocupações do autor para com a Geografia escolar e com o material didático então publicado e utilizado nas escolas brasileiras.

Além das críticas apontadas, Delgado trazia propostas de superação desses problemas. Nessa perspectiva, empenhou-se na difusão da Geografia moderna e trouxe em seu *Methodologia do Ensino Geographico* uma preocupação sistemática com conteúdos e métodos a serem abordados. Assim, dedicou um capítulo a cada um dos níveis de ensino, de maneira que pudesse fazer sugestões efetivas para cada um deles. Resumidamente, para o ensino em geral propunha que este iniciasse sempre pelos temários próximos à realidade dos alunos e que tivessem como fundamento a Geografia moderna.

Especificamente para o primário, propunha a adoção dos círculos concêntricos (uma inovação significativa para a época e vinculada aos propósitos escolanovistas) e a superação de práticas fundadas em memorização de nomenclaturas de cidades e elementos da natureza. Assim, trazia em suas proposições especial atenção ao fator humano:

> [...] A finalidade deste ensino é o estabelecimento elementar, mais claro e permanente, das relações entre a terra e o homem. E, por conseguinte, duplo o critério que vem sendo adoptado entre nós, no ensino de Geografia primaria: o alargamento gradual dos conhecimentos geographicos desde os pontos mais próximos e mais familiares até aos mais afastados e complexos e a necessidade de ficarem todas as explicações e descripções em redor do factor humano, desde o homem isolado até ao homem em sociedade, em nação e em diferentes continentes. (CARVALHO, 1925, p.48).

Para o ensino secundário propunha uma aproximação de um saber geográfico fundamentado nos propósitos científicos, especialmente aqueles apoiados na *Physiografia*. Como uma de suas contribuições mais significativas introduziu, no ensino de Geografia do Brasil, uma abordagem regional, elaborada a partir da proposta de Said Ali Ida, modificando consideravelmente as propostas estabelecidas para o ensino secundário.

Neste nível de ensino, pode-se compreender melhor a relação entre saberes geográficos produzidos fora da escola e aqueles destinados à escola. Na introdução do

seu livro didático *Geografia do Brasil – tomo I*, ele aponta para importância de se implementar o "progresso da ciência geográfica no domínio didático" (CARVALHO, 1913, p.VI). Assim, defende a adoção de um novo olhar brasileiro sobre os estudos de Geografia do Brasil, e propõe a superação dos estudos tradicionais fundamentados na divisão dos Estados, abordagem que destrói "a harmonia dos phenomenos causados pela natureza" (CARVALHO, 1913, p. VI) e adoção de uma regionalização fundamentada nos princípios científicos. Aqui se encontra uma das maiores contribuições desse autor para a Geografia brasileira, visto que, desde então, os livros didáticos abandonaram uma abordagem por Estados e adotaram a perspectiva regional. Algumas exceções foram publicadas mesmo posteriormente as suas contribuições. Ele foi, portanto, responsável por trazer para o Brasil as abordagens que compunham o debate acadêmico europeu. Ele estabelecia relações entre as abordagens francesas e alemãs, mas também incluía em suas análises as proposições inglesas e norte-americanas.

Portanto, é nas suas proposições para o ensino secundário que podemos compreender melhor a relação que ele estabelecia entre a ciência de referência e a Geografia escolar. Ele compreendia essa última como a dimensão prática da primeira. De modo que consegue adotar uma abordagem da ciência de referência, sem deixar de considerar inclusive os saberes dos alunos da escola secundária. Constituindo, assim, uma produção que tinha cunho científico, porém também considerava as condições pré-estabelecidas para os alunos.

Seus livros didáticos foram importantes para o ensino de Geografia, mas é preciso ressaltar as dificuldades encontradas para se difundir no Brasil as suas ideias inovadoras. Ele mesmo as enumera:

> 1. a falta de vulgarização dos modelos e typos do novo curso geogrphico, cujo conhecimento é ainda restrito a meia duzia de estudiosos. 2. A difficuldade de alcançar e reunir os professores de geographia. 3. Caso seja possível alcançal-os, a difficuldade de convencel-os de que o que estiveram ensinando até hoje poucas relações tem com a verdadeira geographia. (CARVALHO, 1925, p.9).

Diante do que apresentamos entendemos que esse autor teve um papel preponderante enquanto intelectual que lutava por melhorias para o ensino de

Geografia. Entretanto, as suas propostas foram aceitas somente em parte e, nesta perspectiva, três pontos podem ser destacados.

No primeiro ponto, queremos destacar a sua importância enquanto intelectual que trouxe contribuições efetivas para a implementação de uma Geografia científica para o Brasil. Entendemos que o que define a Geografia como escolar ou acadêmica são os seus objetivos. Assim, podemos afirmar que Delgado tanto produziu pesquisas que tinham cunho escolar como também publicou uma vasta obra que não trazia esse enfoque. Dessa forma, podemos afirmar que a partir desse autor a Geografia escolar no Brasil estabeleceu suas relações com os saberes acadêmicos, mesmo antes de sua institucionalização, modificando completamente a produção escolar, pois que nas produções anteriores este viés não estava estabelecido.

O segundo ponto diz respeito à adoção nos livros didáticos de uma Geografia do Brasil orientada pelos estudos regionais. A partir da sua contribuição, os livros didáticos passaram a ter uma abordagem diferente do que se propunha antes. Podemos verificar que, após os anos 1930, encontramos poucas publicações com abordagens centradas em uma divisão estadual do Brasil. Posteriormente, a criação dos cursos superiores de Geografia e do IBGE e os debates acerca da regionalização brasileira tomaram novas perspectivas e os livros didáticos acompanharam as proposições feitas por estas instituições. Outras propostas de regionalização resultaram da continuidade do debate sobre essa temática, e os livros didáticos acompanharam as novas perspectivas, apresentando diferentes regionalizações e os critérios que as fundamentam.

O terceiro ponto decorre da prática dos professores. Encontramos uma série de relatos sobre as práticas didático-pedagógicas de professores de Geografia de períodos posteriores às publicações de Delgado de Carvalho e a partir delas podemos mesmo afirmar que os reclames de Delgado encontraram dificuldades e enfretamentos para serem superados.

Em entrevista que realizamos em abril de 2007, com Manuel Correia de Andrade, este professor da UFPE que fez o curso secundário em Recife - PE, nos relatou as dificuldades de um professor da época ao adotar um livro didático de Delgado de Carvalho. E afirma que seu professor, Mardonio Andrade de Lima, somente adotou o

livro *Geografia do Brasil – Tomo I*, deste referido autor porque tinha um pai que era Lente do Liceu Pernambucano, grande estudioso de Geografia científica e viajava com frequência para a Europa, onde se atualizava e assim podia inovar em seu trabalho e orientar o trabalho do filho.

Desse modo, podemos finalizar confirmando que Delgado de Carvalho trouxe muitas inovações para a Geografia escolar brasileira. Entretanto, não podemos ainda afirmar que esse movimento de renovação foi efetivamente implementado nas escolas de todo o país.

Considerações Finais

Discutir esses dois períodos nos leva a compreender as quebras, as mudanças, mas também as continuidades da disciplina escolar Geografia. A partir do que foi aqui apresentado se pode ter uma ideia do que ainda podemos descobrir sobre a história dessa disciplina. A catalogação, a leitura, a análise e a organização de acervos são fundamentais para a continuidade de pesquisas como a que estamos desenvolvendo, tendo em vista que muitos professores ainda trabalham em sala de aula sem saber efetivamente o caminho feito pela nossa disciplina na história da educação brasileira. Assim, não sabem o porque e nem a origem de tradicionalmente a Geografia ser vista como uma disciplina voltada à memorização de nomenclatura de elementos naturais e humanos, e por isto mesmo as continuidades se perpetuam.

Essas continuidades muitas vezes são vistas pelos professores como naturais, como se a Geografia escolar tivesse ainda esse propósito ou não conseguisse se libertar com facilidade dele. Isto promove uma série de equívocos nas práticas escolares e afasta a cada dia os alunos da escola básica do prazer de estudar Geografia. Conhecer a história da disciplina pode possibilitar ao professor rever a sua prática e reconhecer no passado o papel das inovações.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Lugar*:* conceito geográfico nos currículos pré-ativos - relação entre saber acadêmico e saber escolar. Tese de doutorado, Faculdade de Educação - USP. São Paulo: USP, 2004.

_____. A autoria de livro didático de Geografia em Pernambuco no século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração. I. Revista Terra Livre, Dourados – MS, Ano 24, vol. 2, nº 31, p. 163-171, Jul/Dez 2008.

_____. A Geografia do Brasil nos livros didáticos europeus do século XIX: o caso de Lições de Geografia do Abbade Galtier. In. CARDOSO, Carlos A. A.; KULESSZA. WOJCIECH A. (Org.). A Escola e a igreja nas ruas da cidade. João Pessoa: UFPB, 2010, p. 173-190.

AMARAL, Tancredo do. Geografia Elementar adaptada às Escolas Públicas Primárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1904.

ARAUJO, Francisco Lentz de. Geographia do Estado de Minas Geraes. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livraria Classica de Alves & C., 1895.

BARRETTO. Elba Siqueira de Sá (1998). Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico*:* uma história do saber escolar. Tese de doutorado defendida junto a Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: USP, 1993.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1859.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. Geografia do Brasil – tomo I: Geografia Geral. Rio de Janeiro: Impressões Artisticas, 1913.

_____. Methodologia do Ensino geographico - Introdução aos estudos de Geografia Moderna. Petrópolis: Typographia das Vozes de Petrópolis, 1925.

CARVALHO, Maria Inez. Fim de século*:* a escola e a Geografia. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, nº 2, p. 177-22, 19909.

D'ABREU, P. Elementos de Geografia Moderna e Cosmographia. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1882.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – *1913 – 1942. D*issertação de mestrado - FFLCH – USP. São Paulo: USP, 1995.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. Instrução e Política na Parahyba do Norte durante o processo de construção da nação brasileira (1823 – 1840). In. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus. Temas sobre a instrução no Brasil Imperial *(1822 – 1889).* João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008, p. 39-63.

GAUTIER, Abbade. Lições de Geographia. 2ª ed. Paris: Casa de Vª J. P. Aillaud, Monlon e Cª, 1855.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. In: Revista Teoria e Educação, nº 2, p. 231-255, 1990.

HAIDAR, Maria de Lourdes Maritto. O Ensino Secundário no Brasil Império. São Paulo: EDUSP, 2008.

IDA, Manuel Said Ali. Compêndio de Geografia Elementar. Rio de Janeiro/ São Paulo: Laemmert & C. 1905

ISLER, Bernardo. A Geografia e os Estudos Sociais. Tese de doutorado defendida junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Presidente Prudente: UNESP, 1973.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. Introdução ao Estudo da Escola Nova. 14ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MELLO, José Baptista de. Evolução do ensino na Paraíba. 3ª ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura/ Conselho Estadual de Educação, 1996.

MENDES, Candido. Atlas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico,1868.

MUNAKATA, kasumi. Investigação acerca dos livros escolares no Brasil. *In: CD-ROM:* El Colégio de San Luis. História de lãs ideas, actores y instituiciones educativas. Memória Del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosi: 2003.

NOVAES, Carlos. Geographia Primaria. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1905.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. (Org.). Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba no Período Imperial. V. 2, Coleção Documentos da Educação Brasileira, CD-ROM. Brasília: MEC/INEP/SBHE, 2004.

PINHEIROS, Manoel Pereira de Moraes. Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e Especial de Pernambuco para a Infancia Escolar da Provincia de Pernambuco. Recife: Typographia Mercantil, 1875.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Formação pedagógica do professor de Geografia e as práticas interdisciplinares. Tese (Doutorado em Educação) – FE – USP, São Paulo, 1994.

PROENÇA. Antonio Firmino. Como Ensinar Geografia. São Paulo/Cayeiras/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos, s/d.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro *(1839 – 1942)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - FE – PUC. São Paulo: PUC, 1996.

SANTOS, Fátima Aparecida dos. Escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da Escola Primária em São Paulo no início do século XX. Dissertação de mestrado - História, Política, Sociedade - PUC de São Paulo. São Paulo: PUC, 2005.

SATURNINO, José. Compêndio de Geographia Elementar. Rio de Janeiro: Typographia de R. ORGIER, 1836.

SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. As Propostas Curriculares de Geografia e a Participação da Universidade. In. Revista Orientação, São Paulo, nº 10, p. 113 - 116, 1993.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. O compêndio elementar de Geografia geral e especial do Brasil. In.: Terra Brasilis - Geografia: disciplina escolar, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, p. 8-51, Jan/Jun 2000.

VERÍSSIMO, José. A Educação Nacional. 3ª ed. (1ª ed. 1890) Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

VESENTINI, José William (Org.). Geografia e ensino: textos críticos. Campinas: Papirus, 1989.

_____. Geografia em construção. Belo Horizonte: Lê, 1991.

_____. (Org.). O ensino de Geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. (Org.). Programa de ensino das escolas secundárias brasileiras – 1850 – 1951. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. A Propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico. Dissertação de mestrado apresentada ao Dptº. De Geografia da FFLCH – USP. São Paulo, 1988.

_____. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a "orientação moderna" em Geografia.

ZUSMAN, Perla B e PEREIRA, Sergio N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. Terra Brasilis - Geografia*:* disciplina escolar*,* Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, p. 12 - 31, Jan/Jun, 2000.

Recebido em 08 de agosto de 2011

Aceito para publicação em 17 de outubro de 2011